

CB
13/3/96
16

FUNAI

Jobim é acusado de reter recursos

Ronaldo Brasiliense

Da equipe do Correio

Mais flechadas na Fundação Nacional do Índio (Funai). O ex-chefe de gabinete da fundação, Jorge Pozzobon está acusando o ministro da Justiça, Nelson Jobim, de ter retido recursos destinados à Funai.

Em seu pedido de demissão, encaminhado segunda-feira ao Ministério da Justiça, Pozzobon aponta o ministro Jobim como responsável pela penúria financeira em que se encontra a Funai.

Segundo Pozzobon, o ex-presidente Márcio Santilli conseguiu suplementações financeiras junto ao Tesouro Nacional para tentar resolver os problemas na Funai, que o ministro Nelson Jobim destinou a outras finalidades.

"De um total de R\$ 5,5 milhões, a Funai recebeu apenas R\$ 300 mil", acusa Pozzobon, mostrando que a Funai vem trabalhando em situação de emergência.

Jorge Pozzobon acusa os "grupos organizados que há

muitos anos se apoderaram da Funai" e que querem se manter em cargos de confiança a todo custo, "mesmo que isso implique em manipular lideranças indígenas por meio de favores clientelísticos."

Jorge Pozzobon aponta "fortes indícios" de conexões de grupos organizados dentro da Funai com a exploração ilegal de madeira e ouro em reservas indígenas.

"Esses grupos se uniram para inviabilizar nossa gestão", aponta.

O braço direito de Santilli — que não aceitou permanecer como presidente interino da Funai — recorda, ainda, que a situação se agravou na Funai com a edição do Decreto 1.775, que introduziu o princípio do contraditório no processo de demarcação das terras indígenas.

"O clima gerado pelo novo decreto é desfavorável", analisa Pozzobon. Ele que outra grande dificuldade da gestão de Santilli foi enfrentar, no front interno, "aqueles que querem continuar usando os índios para se manter em cargos de confiança."

Maciel nomeia presidente

O novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) é Júlio Marcos Germany Gaiger. O advogado gaúcho de 39 anos foi nomeado ontem para o cargo pelo presidente em exercício Marco Maciel.

Júlio é amigo do ministro da Justiça Nelson Jobim e trabalha há cinco anos como assessor legislativo — para a área de direito agrário e indigenista — na Câmara.

Gaiger está envolvido com questões indígenas há pelo menos doze anos. De 1984 a 1986, ele assessorou a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai).

Em janeiro de 1987, ele assumiu a assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica. Lá, permaneceu até 1991, quando foi para a Câmara.

Nesse período, principalmente durante a elaboração da Constituição de 1988, Gaiger prestou assessoria direta às comunidades indígenas, além de participar de várias conferências nacionais e internacionais sobre o assunto.